



Comitê em Defesa do SUS

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Nas duas últimas semanas, desassistida e revoltada, a população acompanha o Prefeito Melo e o Governador Eduardo Leite desmontando a gestão plena da saúde em Porto Alegre, com reflexos negativos também nos demais municípios da Região Metropolitana.

Enquanto pronto atendimentos e emergências seguem superlotados, sem exames, consultas especializadas e leitos hospitalares suficientes para uma regulação adequada do sistema de atenção à saúde, os dois gestores apresentam propostas que desorganizam ainda mais os serviços públicos de saúde.

O Governador, **que não cumpre os 12% que cabe ao Estado investir**, que desestruturou a regionalização com o programa "Assistir", numa atitude oportunista, se oferece para assumir os hospitais, contando com os recursos que o Governo Federal está disponibilizando para diminuir o tempo de espera de consultas especializadas, exames e cirurgias (Programa Mais Acesso a Especialistas e Mutirões de Cirurgias).

Já o Prefeito Melo quer entregar não só os serviços hospitalares, mas toda a média e alta complexidade de Porto Alegre, incluindo exames, saúde mental, fisioterapia e pronto atendimentos. **Em meio à crise de superlotação das emergências e à epidemia de dengue, Melo lava as mãos e vira as costas para a sua responsabilidade enquanto gestor. Entregar a gestão da média e alta complexidade ao Estado é, na verdade, a extinção da gestão da saúde municipal de POA, já que a baixa complexidade já está 96% privatizada.**

Ambos os gestores se esquivam de enfrentar as dificuldades que assolam há anos o sistema público de saúde, com agravos decorrentes da pandemia de Covid-19 e das enchentes causadas pelas mudanças climáticas. Ambos se mostram insensíveis ao sofrimento das pessoas aguardando nas filas, enfrentando as sequelas do atendimento tardio. Optam por empurrar a crise de um lado para o outro. Isso tudo desrespeitando um princípio do controle social do SUS, que assegura ao Conselho Municipal e ao Conselho Estadual de Saúde a participação no processo decisório de formulação das políticas de saúde e fiscalização da sua execução.

Da mesma forma que temos condenado a crescente privatização da saúde pública, também rejeitamos veementemente qualquer tentativa de desmonte do arranjo institucional do SUS, que pressupõe responsabilidades compartilhadas entre União, Estado e Município.

Saúde não é mercadoria! A Constituição é explícita: a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantida por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário aos serviços. Porto Alegre precisa de uma nova política pública de saúde, baseada no fortalecimento do SUS, na responsabilidade compartilhada entre os entes federados e no respeito aos direitos sociais. Exigimos uma política que valorize a vida, a equidade e a inclusão, que trate a saúde como prioridade e não como oportunidade de negócios.

Não aceitaremos retrocessos!
Não à estadualização da saúde!

**Porto Alegre, 7 de Maio de 2025.
Comitê em Defesa do SUS**